



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA SUL DE MINAS
Ata da 189^ª reunião, realizada em 4 de novembro de 2024

1 Em 4 de novembro de 2024, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Sul de Minas (URC SM) do
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes
4 membros titulares e suplentes: o presidente suplente Frederico Augusto Massote Bonifácio, representante da
5 SEMAD; Representantes do poder público. Marcelo Rodrigues Martins, da Secretaria de Estado de Agricultura,
6 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Juliane Oliveira de Miranda, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
7 Econômico (Sede); William Bahia Pimenta, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias
8 (Seinfra); Vitor Geraldo Jaques Teixeira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Volmir Maida de Siqueira, do
9 Conselho Regional de Biologia da 4^ª Região (CRbio-04); Rodrigo Caldeira Grava Brazil, do Ministério Público do
10 Estado de Minas Gerais (MPMG); Joana Junqueira Carneiro, da Prefeitura Municipal de Varginha. Representantes
11 da sociedade civil. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
12 Gerais (Fiemg); Caio Sérgio Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
13 (Faemg); Ernesto de Oliveira Canedo Junior, da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg); Demian Mendes
14 Lage, da Associação Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia das Águas - Área das Águas; Regina Célia
15 Fernandes Faria, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Ramon Madeira
16 Barbosa, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Hisaias de Souza Almeida, da Universidade
17 Federal de Itajubá (Unifei). **Assuntos em pauta.** **1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente
18 suplente Frederico Augusto Massote Bonifácio declarou aberta a 189^ª reunião da Unidade Regional Colegiada Sul
19 de Minas. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado do Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheira Joana Junqueira Carneiro/Prefeitura de Varginha: “Eu gostaria
20 de obter um retorno sobre a moção que foi encaminhada nos primeiros meses do ano a respeito da necessidade
21 do levantamento faunístico primário na região. Recorrentemente, aparece aqui nos debates para a liberação de
22 pequenas supressões, e o Conselho já se manifestou, a URC já se manifestou que gostaria desse levantamento
23 primário. E eu gostaria de um posicionamento das entidades que receberam, se houve algum retorno a respeito
24 dessa moção.” Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio: “Eu tenho a notícia da minha equipe de que a
25 moção foi encaminhada a quem de direito junto ao IEF, mas eu gostaria de ouvir também a equipe da Assoc,
26 tendo em vista que as moções também passam pela secretaria executiva, para que façam os devidos
27 encaminhamentos.” Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “Senhor presidente, eu até anotei aqui, porque é
28 uma demanda também que eu tenho junto com o IEF. O diretor-geral está em uma missão internacional e retorna
29 agora. Tão logo ele retorne, eu vou ter uma reunião com ele para podermos verificar o status dessa demanda.”
30 **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Foi feita exibição de vídeo gravado por Tiago Aroeira Marliere, da
31 Superintendência de Tecnologia da Informação, da SEMAD, com apresentação sobre a nova plataforma
32 meioambiente.mg.gov.br, que passa a abrigar todos os portais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e de
33 Recursos Hídricos (Sisema) do Estado de Minas Gerais. Felipe Brait Carneiro Gonçalves/SEMAD: “Se algum
34 conselheiro tiver alguma dúvida ou sugestão a respeito do novo site, estamos à disposição.” Presidente Frederico
35 Augusto Massote Bonifácio: “Eu tenho experimentado e me têm sido relatadas também, de maneira corriqueira,
36 instabilidades nesse novo site. Isso já é objeto de análise pela equipe da Tecnologia da Informação, existe um
37 prazo para que essas questões sejam resolvidas?” Felipe Brait Carneiro Gonçalves/SEMAD: “Senhor presidente,
38 pelo que eu saiba, a STI já tem ciência dessas instabilidades que vêm ocorrendo. Acredito que sejam problemas
39 decorrentes da migração, porque não foi abandonado nada para trás, nós trouxemos todos os dados anteriores,
40 que é o que o superintendente, no vídeo, Tiago, chama de conteúdo legado. Isso normalmente gera alguns
41 problemas. Se fosse construído zero, em branco, seria bem mais fácil, mas nós perderíamos todo o histórico. Mas
42 acredito que em breve deve resolver esses problemas, assim esperamos. Não tenho nenhum detalhe de prazo
43 para solucionar esse problema.” Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio: “Correto, Felipe. Obrigado pela

45 pronta resposta. É interessante que deixemos isso também registrado, inclusive porque essa instabilidade tem
 46 sido experimentada por nós servidores. E como aqui é uma plataforma de acesso público é interessante que
 47 aqueles que nos acompanham também saibam que é uma dificuldade que nós também temos experimentado,
 48 mas que é natural desse tipo de plataforma e que tão logo será solucionado pela STI.” Vânia Mara de Souza
 49 Sarmento/SE MAD: “Senhor presidente, só complementando que a SEMAD, junto à STI, tem envidado todos os
 50 esforços para ter o mínimo impacto possível. Então estamos trabalhando. E nos colocar à disposição, enquanto
 51 Assessoria dos Órgãos Colegiados, para quaisquer dúvidas, informações, sugestões, dificuldade de acesso. Nós
 52 vamos colocar no chat o nosso contato, nosso e-mail, para que em caso de dúvida entrem em contato conosco.
 53 Mas estamos envidando todos os esforços para que a plataforma esteja rodando legal e para acesso a todos.” **5) EXAME DA ATA DA 188^a REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 188^a reunião da URC Sul de Minas,
 54 realizada em 1º de outubro de 2024. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, CRBio, MPMG, Prefeitura de
 55 Varginha, Fiemg, Faemg, Uemg, Área das Águas, Promutuca, Zeladoria do Planeta e Unifei. **6) PROGRAMA**
 56 **DIÁLOGOS COM O SISEMA: “PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)”.** **Apresentação:** Diretoria de
 57 **Projetos Ambientais e Instrumentos Econômicos (DPAI) / Secretaria de Estado de Meio Ambiente e**
 58 **Desenvolvimento Sustentável (SE MAD).** Fabiana Gonçalves Moreira, da Diretoria de Projetos Ambientais e
 59 Instrumentos Econômicos, da SEMAD, fez apresentação sobre Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de
 60 Minas. O conteúdo da exposição foi disponibilizado na pauta desta reunião, no portal do Meio Ambiente. Após a
 61 apresentação, dentro do programa ‘Diálogos com o Sisema’, foi aberto espaço para perguntas. **Síntese das**
 62 **manifestações.** Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio: “Muito bom, Fabiana. Nós agradecemos este
 63 momento, este espaço e a sua disponibilidade. Enquanto moderador deste momento, eu estive pensando no que
 64 eu poderia contribuir com a sua fala e tentar conectar um pouquinho o PSA ao licenciamento ambiental, de fato.
 65 Porque, enquanto chefe da Unidade Regional, o expediente que protagoniza, que hegemoniza os nossos dias é o
 66 licenciamento ambiental. Então eu gostaria só de complementar a sua fala no sentido de que tanto o PSA quanto
 67 o licenciamento são mecanismos importantes de proteção ambiental e que existe uma relação direta entre eles.
 68 Talvez não a olho nu, mas podemos vislumbrar isso caminhando e que no futuro possa, de fato, ser um pouco
 69 mais evidente. E o PSA, como sendo um instrumento que busca incentivar preservação e recuperação ambiental,
 70 através desses incentivos financeiros que você colocou para nós, se mostra como ferramenta de gestão ambiental
 71 tanto quanto o licenciamento ambiental. Embora o processo de licenciamento seja um processo regulatório, que
 72 é exigido de empreendimentos potencialmente causadores de impactos ambientais. Eu estive estudando sobre
 73 alguns PSAs já vigentes em Minas Gerais e me deparei com o Programa Produtor de Água na Bacia do Ribeirão do
 74 Pipiripau, na região que faz divisa entre Distrito Federal e o Estado de Minas, que também é um programa que
 75 nasceu junto à Agência Nacional de Águas; o Projeto Olhos d’Água, na região de Montes Claros, São Francisco,
 76 Januária, uma iniciativa do governo também voltada para reparação de nascentes; o Projeto Conservar para
 77 Preservar, da Cemig, em Bacias Hidrográficas de interesse para geração de energia. Esse projeto é coordenado
 78 pela Cemig, oferece incentivos financeiros para proprietários rurais nessas áreas próximas a represas de usinas
 79 hidrelétricas; o projeto do PSA na Bacia do Rio das Velhas também, que é coordenado pelo Comitê da Bacia do
 80 Rio das Velhas; o Projeto Conservador das Águas, em Extrema, que, tal qual você nos mencionou, começou em
 81 2005 e sempre foi focado em recuperação de áreas de preservação permanente e de nascentes, principalmente,
 82 e que visa também melhorar a qualidade e a quantidade de água na bacia do rio Javari, que sabemos que é um
 83 importante afluente no sistema Cantareira, enfim, que abastece a região metropolitana de São Paulo. E
 84 coincidentemente, neste ano – o Caio, conselheiro colega nosso aqui, vai poder compartilhar talvez um pouquinho
 85 conosco –, eu comecei a representar a FEAM junto ao Pró-Mananciais, que é um Programa de Pagamento por
 86 Serviços Ambientais, que é encabeçado e capitaneado pela Copasa, com a ajuda também de vários setores,
 87 inclusive a Faemg, através do Senar, com o grande apoio do Caio. As reuniões em que deliberamos alguns projetos
 88 e os rumos do programa acontecem, inclusive, no Centro de Excelência em Cafeicultura, cedido pelo Senar para
 89 que esse programa possa ser viabilizado, inclusive. Eu agradeço muito a sua participação, foi enriquecedora,
 90 Fabiana, e que a gente conecte, de fato, em alguns momentos no futuro, até de maneira normativa, o Pagamento
 91 por Serviços Ambientais, seja no âmbito de condicionantes ou de compensações, para que empreendimentos
 92 possam, de fato, compensar de uma maneira efetiva dentro do ponto de vista de participação na conservação e
 93 na recuperação ambiental.” Conselheiro Marcelo Rodrigues Martins/Seapa: “Parabéns pela apresentação. Eu
 94 trabalho na extensão há 29 anos, trabalho na Emater, em várias regiões do Estado. Já trabalhei no Leste, na região
 95 Norte de Minas e já há alguns anos aqui no Sul de Minas. E nós tivemos oportunidade, nesse período, de conduzir

97 pequenos projetos junto com entidades parceiras. O IEF foi parceiro em alguns desses projetos, a Universidade
 98 de Alfenas, no último desses projetos, e nós conseguimos a aprovação de um projeto de pequena monta, de
 99 setenta e poucos mil reais, para 12 pequenas unidades, que chamamos de unidades demonstrativas. O efeito não
 100 é de solucionar toda a dimensão do problema na propriedade, mas de divulgar algumas ações. Enfim,
 101 conseguimos pequenas áreas de cercamento de nascente, de replantios, de reforma de pastagens. E os
 102 aprendizados foram muito interessantes. O primeiro deles é que o produtor, com muita facilidade, entra com
 103 contrapartida da mão de obra, do cuidado, enfim, da implementação desses projetos. E recebe de muito bom
 104 grau algum tipo de insumo, seja para cercamento, seja para plantio, seja para reforma de pastagem. Então nós
 105 vimos um bom resultado. E para nossa surpresa o maior ganho, em boa parte desses projetos, em mais de 60%
 106 desses projetos, em poucos anos, a partir de dois, três anos, foi o aumento da produção de água dentro das
 107 propriedades. Temos projetos em São João da Mata, Carmo do Rio Claro, Alfenas, e vários desses locais relatando
 108 esse aumento expressivo e perceptível pelos produtores de nascentes, novos olhos d'água, enfim, uma coisa que
 109 não imaginávamos que ia ser tão rápido... Então eu acho que o projeto tem tudo para andar bem. Eu fiz algumas
 110 colocações, na hora que a Sofia compartilhou o link, e coloquei algumas sugestões, e uma delas é focar essa
 111 questão da água, que eu acho que é o que grita mais, cobrar dos produtores a questão da mão de obra, porque o
 112 projeto passa a ser dele também; acho que projetos grandes por propriedade não são a solução, e pequenos
 113 projetos bem montados eu acho que amplia o número de propriedades atendidas; e coloquei também um
 114 mensurador de impacto, e o governo já tem isso através de uma pesquisa conduzida pela Epamig, com
 115 participação de universidades, participação da SEMAD, através do IEF, Emater, que é o ISA - Indicadores de
 116 Sustentabilidade em Agroecossistemas, que se presta perfeitamente para poder comparar uma propriedade com
 117 ela mesmo em 'x' tempo depois de implementada algumas ações. Enfim, a ferramenta já existe, não precisa ser
 118 reinventada, não é perfeita, como acredito que todas as metodologias têm as suas falhas, mas poderia ser
 119 utilizada. Então fica como uma sugestão. E acredito que, como filho de produtor, agricultor familiar, e meus
 120 familiares, meus pais, parentes, nós sempre vimos a questão do Estado como um fiscalizador. Como extensionista,
 121 eu sempre tive a convicção de que o produtor não utiliza 95% da água produzida por ele e que a sociedade, sim,
 122 deveria arcar com algum ônus, devido àquele tanto de bônus que o produtor pode estar produzindo na
 123 propriedade. Eu acho que esse programa Pagamento por Serviços Ambientais vai nessa direção de remunerar o
 124 produtor pelo leite, pela carne e pela água, pelas condições ambientais produzidas na propriedade. Parabéns.
 125 Estou ansioso mesmo para poder estar participando desse projeto." Fabiana Gonçalves Moreira/SEMAD: "Que
 126 bom, Marcelo. Obrigada por suas contribuições. Em relação ao ISA, nós usamos também, nessa ecologia da
 127 paisagem, o que trazemos a mais é como o Estado está hoje e como poderia ser se focarmos os esforços nessas
 128 áreas que são prioritárias. Então nós conseguimos enxergar, inclusive, para aquele município: 'O que é prioritário
 129 aqui para mim, onde que eu vou trabalhar, vou trabalhar com corredores ecológicos ou está precisando só de
 130 recuperação de nascentes?' Então ele traz um outro olhar mais prático para aquele projeto específico. Mas nós
 131 consideramos todo esse trabalho. Você trouxe vários exemplos que são bem interessantes. O Pró-Mananciais é
 132 parceiro nosso também. Nesse projeto que eu citei da Mantiqueira, estão em 21 projetos junto com a TNC. É um
 133 grupo gestor, é uma forma de ter um grupo ali cuidando desse assunto. E realmente a natureza responde muito
 134 rápido quando atuamos seja cercando uma nascente, seja fazendo o manejo adequado do solo, do pasto.
 135 Realmente, a resposta é muito rápida. Agradeço todas as suas contribuições e conto com vocês então na sua
 136 região para nos apoiar nesses projetos, que muito em breve espero que vários municípios tenham." Presidente
 137 Frederico Augusto Massote Bonifácio: "Para complementar, o Colmeia aqui da região de Varginha já trabalha na
 138 Bacia de dois ribeirões: ribeirão Santana e ribeirão dos Tachos. Com a construção das barragens, recuperação
 139 de estradas, cercamento de nascentes. E nós vemos que o engajamento dos produtores rurais na região é notório.
 140 E a participação nossa enquanto regularização ambiental no programa também teve um plus no sentido de
 141 proximidade e redução dessa distância muitas vezes entre produtor rural e o órgão ambiental, e encerrar algumas
 142 divisas que porventura ficaram no passado para que também pudéssemos ganhar nessa parceria, no sentido de
 143 implementar esses programas." Conselheiro Hisaias de Souza Almeida/Unifei: "Fabiana, antes de mais nada,
 144 parabéns pela apresentação. Eu acho que foi bastante esclarecedora. Nós mencionamos esses projetos e tudo
 145 mais aqui com os nossos alunos na Unifei, e são realmente fantásticos os resultados que a gente vem observando
 146 ao longo do tempo. Aqui pertinho da gente tem Extrema, e é um bom exemplo. Mas como temos percebido a
 147 maioria dos projetos que vêm sendo instaurados de PSA são voltados para a produção de água, que é fantástico,
 148 que estamos precisando, ainda mais com essas mudanças climáticas e tudo. Porém, eu gostaria de saber qual é a

149 perspectiva que vocês teriam de um quadro um pouco mais amplo, como por exemplo o sequestro de carbono,
 150 que é tão falado, mas é muito difícil para um produtor pequeno, por exemplo, estar se adequando a ele, dentre
 151 outros. Você teria alguma perspectiva a respeito de outras temáticas de projetos de PSA para Minas?" Fabiana
 152 Gonçalves Moreira/SE MAD: "Sim. Nós temos esse Produtor de Água, que visa a produção de água, mas estamos
 153 trabalhando nesse Conservador das Gerais também, que é um pouco mais amplo do que isso, trabalha tanto a
 154 água quanto o solo, trazendo a restauração para ganhar escala mesmo nessa restauração, que é importantíssima
 155 também para a água. Então é um ciclo como um todo... O Estado, por enquanto, não está trabalhando na
 156 legislação do carbono. Esse assunto ainda é um pouco polêmico, mas nós temos vários parceiros que atuam com
 157 esse tema. Além da TNC, tem a CI, que também paga pelo carbono, e tem outros projetos pequenos que estão
 158 tentando, tipo startups, trazendo o pequeno produtor para ganhar escala também." Em seguida, foram
 159 respondidas perguntas acerca da apresentação registradas no chat da reunião por pessoas que acompanharam
 160 via Youtube.

7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE REQUERIMENTO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL E APROVAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DECORRENTE DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO MÉDIO OU AVANÇADO DE REGENERAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA LOCALIZADA EM ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, NÃO VINCULADO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

7.1) Leonardo Piccolotto Magalhães. Distrito de Monte Verde. Camanducaia/MG. PA/SEI/Nº 2100.01.0046408/2023-36. **Tipo de Intervenção:** Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo. **Área Requerida:** 0,0225 ha. **Área Passível de Aprovação:** 0,0225 ha. **Fitofisionomia:** Floresta Ombrófila. **Estágio de Regeneração:** Avançado. **Apresentação:** URFBio Sul. Intervenção ambiental indeferida por maioria, contrariando o Parecer Único, que opina pelo deferimento. Votos favoráveis ao Parecer Único: Seapa, Sede, Seinfra, Fiemg, Faemg e Zeladoria do Planeta. Votos contrários ao Parecer Único: CRBio, MPMG, Prefeitura de Varginha, Uemg, Área das Águas, Promutuca e Unifei. Abstenção: PMMG. Justificativas de abstenção e de votos contrários ao Parecer Único. Conselheiro Vitor Geraldo Jaques Teixeira/PMMG: "Eu vou me abster na votação desse item. Seguindo a lógica da última reunião, tendo em vista que a localidade, antes da revisão do Plano de Manejo, se encontrava inserida no zoneamento de conservação. Então por tal motivo eu vou me abster." Conselheiro Volmir Maida de Siqueira/CRBio: "Nosso voto é contrário, senhor presidente, devido realmente ao levantamento de dados novamente baseado em dados secundários." Conselheiro Rodrigo Caldeira Grava Brazil/MPMG: "Senhor presidente, o voto é contrário, mantendo coerência com o meu posicionamento no sentido de que a alteração do zoneamento da APA Fernão Dias não observou as particularidades do caso e tampouco seguiu as decisões do Conselho Consultivo da própria Unidade de Conservação. Adicionalmente, também nesse caso específico, adiro as ponderações do Demian com relação à declividade do terreno, porque acho precipitado nós autorizarmos a supressão de vegetação sem saber se haverá viabilidade ali da instalação da residência da forma pretendida, porque, de fato, a declividade demanda um cuidado maior na análise de projeto, e, nesse caso específico, entendo que esse dado deveria ser antecedente também à nossa deliberação." Conselheira Joana Junqueira Carneiro/Prefeitura de Varginha: "Meu voto é contrário ao parecer, exatamente porque pensei e discuti aqui com a equipe técnica a respeito dessa mudança da zona de conservação. Nesse caso, fica muito nítido mesmo, da localização do lote como está dentro de uma área que seria interessantíssima que fosse mantida intacta o máximo possível. Outra ponderação que eu faço é 'o que nos garante que esse não é um fragmento de floresta primária', tanto que é classificado como secundário avançado. Ok, temos intervenções, vias próximas ao local, seria uma área que tem um início de antropização, mas é uma área muito característica de formações raras no Estado de Minas Gerais, e temos uma conexão muito interessante, grandes remanescentes de Floresta Ombrófila Densa na região. Então eu acredito que estamos permitindo, e eu me abstive em outras votações, mas não vou fazer isso mais, porque a abstenção aqui tem sido um 'voto favorável'. A gente tem se omitido em relação a isso, sem a nossa moção ter sido considerada até hoje pelos órgãos que a receberam. Já faz muitos meses que ela foi enviada. E eu vejo que nós precisamos nos posicionar de uma maneira mais contundente, porque estamos permitindo a destruição de coisa que nem conhecemos. É um fragmento florestal que não tem nem levantamento primário detalhado de flora e nem mesmo de fauna. Então por esse motivo meu voto é contrário ao parecer." Conselheiro Ernesto de Oliveira Canedo Junior/Uemg: "Eu vou votar contrário. Faço coro ao que a Joana disse também. Eu também nas outras reuniões estava me abstendo, e estava sempre contando como 'voto favorável'. E o voto contrário é pela relocação da área no plano de zoneamento e também pela falta de dados primários de fauna." Manifestação da Presidência. Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio: "Devidamente registrado e justificado. Eu só faço uma ressalva de que o voto de abstenção não é contado como

voto favorável, naturalmente. Ele só não é contado no âmbito daqueles que são favoráveis ou contrários. E aí, eventualmente, você deixa de se manifestar por um ou por outro.” Conselheiro Demian Mendes Lage/Área das Águas: “Eu voto contrário, mantendo coerência com a votação nossa, tendo em vista a ausência de estudos faunísticos com dados primários. Então são os dados secundários de estudos já um pouco mais antigos. Também pela mudança do Plano de Manejo, recente. Também pela questão da declividade, como contei. E também pela ausência de uma segurança de que ali não se trata de APP de morro, serra ou montanha.” Conselheira Regina Célia Fernandes Faria/Promutuca: “O voto é contrário, acompanho meus colegas conselheiros, com as restrições que já foram explanadas e também pela falta de dados primários sobre a fauna.” Conselheiro Hisaias de Souza Almeida/Unifei: “Meu voto é contrário, uma vez que já se somam muitas razões para que seja contrário. A questão da mudança do Plano de Manejo, a falta de dados primários, enfim. A gente já se manter até mesmo coerente com a nossa opinião nas votações anteriores.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DO RECURSO AO ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL.** **8.1) PSI Piscicultura Ltda. Aquicultura em tanque-rede. Guapé/MG. Licença de Operação Corretiva. PA/SLA/Nº 2309/2022. Classe 3. Apresentação: URA SM.** Recurso indeferido por unanimidade, nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis ao Parecer Único: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, CRBio, MPMG, Prefeitura de Varginha, Fiemg, Faemg, Uemg, Área das Águas, Promutuca, Zeladoria do Planeta e Unifei. Destaque de voto favorável ao indeferimento. Conselheiro Rodrigo Caldeira Grava Brazil/MPMG: “Eu acompanho o parecer, senhor presidente. Só uma observação, se permite. Na reunião passada, eu me abstive num caso semelhante, mas porque ali o que faltava era uma anuência de Furnas. Então eu entendi que essa matéria precisaria ser aprofundada. Neste caso, faltam um posicionamento do próprio Ministério de Agricultura e Pecuária e também a anuência da autoridade marítima a respeito da segurança para fins da outorga. Então por isso que eu acompanho, porque entendo que essa matéria já está bem pacificada.” **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DO RECURSO DO AUTO DE INFRAÇÃO.** **9.1) Orestes Alves de Almeida Prado. Desmatar floresta nativa em área comum, sem autorização ambiental; Retirar ou tornar inservível produto da flora nativa oriundo de desmate irregular; Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação; Desmatar floresta nativa em área de preservação permanente, sem autorização ambiental; Construir barragem sem outorga (Código 301 - A, 302 - A, 309 - A, 301 - B e 208 - Decreto 47.383/18). Guaxupé/MG. PA/CAP/Nº 795631/24. AI/Nº 329163/2024. Apresentação: URFis SM.** Após apresentação e debates nesta sessão, o processo foi retirado de pauta pela Presidência para alinhamento quanto à forma de ser submetido à votação nesta URC. Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio: “Pessoal, nós voltamos à discussão que o Dr. Rodrigo levantou. Vocês estão fazendo um tipo de justificativa, e aqui, sem querer parecer qualquer tipo de condução de voto, que, em absoluto, essa não é a minha razão e nem a minha função, por óbvio: quem votar contrário está anulando o auto infração, está votando contra o mérito. Isso é muito grave. E aí, Elias, talvez passe por aí. Vamos lá. A votação já começou. Eu estou com uma tendência de retirar esse processo de pauta para que nós façamos algumas adequações, pessoal, com relação, de fato, à divisão dessa votação.” Elias Venâncio Chagas/URFis Sul de Minas: “Senhor presidente, de fato, não é nenhuma intenção de conduzir, mas, de fato, nós temos um parecer onde existe a confissão da ocorrência da infração, e me parece que desmembrar este parecer em uma votação seja um pouco mais salutar.” Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio: “Vamos fazer o seguinte: como decisão, vou retirar o processo, estou retirando o processo de pauta neste momento, anulando esses dois votos que foram dados. Nós vamos pensar com maior critério, inclusive, para fazer uma votação que seja mais equânime e pelo menos mais clara, porque eu não estou confortável em tocar a votação da maneira como está. Nós discutiremos com a equipe da Assoc. Eu peço a compreensão da equipe também de defesa do autuado, espero que as advogadas entendam. E ao Conselho também peço compreensão, peço paciência. Eu acho que estamos amadurecendo aqui enquanto Conselho, enquanto Presidência. Eu não estou confortável com o ritmo da votação, como ela está sendo posta. Acho que precisamos, inclusive, no próprio parecer, esclarecer um pouco mais a conclusão daquilo que vamos ter como objeto de votação. Então por ora esse processo está retirado de pauta, ele retorna oportunamente.” Conselheiro Rodrigo Caldeira Grava Brazil/MPMG: “Na eventualidade de o recurso ser provido para reduzir a sanção pecuniária, como se decide isso? Nós estabelecemos a sanção pecuniária, a equipe estabelece a sanção pecuniária?” Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio: “A sanção pecuniária, a meu ver, decorre de um regramento legal e muito objetivo. A meu ver, e obviamente sem querer apresentar qualquer tipo de condução de voto, se ela não for robustamente provada e, eventualmente, for reduzida, em contraposto ao dispositivo legal, vai ter que passar por um controle de legalidade, porque ela é objetiva. Eu acho que vamos precisar entender um

253 pouco mais a condução, mas, nesse sentido de redução do valor da multa, me parece que passa por um crivo
 254 meramente legal, não comporta uma subjetividade tão grande, em que pese toda a discussão que nós tivemos
 255 aqui." Conselheiro Rodrigo Caldeira Grava Brazil/MPMG: "Então, senhor presidente, a questão é complexa,
 256 porque nós temos um recurso aqui que o parecer é pela procedência parcial para decotar determinadas áreas e
 257 reclassificar o barramento. Nós aqui como conselheiros podemos votar acompanhando o parecer;
 258 hipoteticamente, contrariando o parecer para manter o auto de infração integral, rígido, sem as reduções
 259 propostas; contrariando o parecer para anular; e contrariando o parecer para reduzir, por exemplo, numa
 260 interpretação ampliativa, no sentido de que é uma pequena propriedade rural e teria direito a atenuante de 30%.
 261 Como juízes deste caso, nós temos muitas possibilidades de solução. E é algo complexo porque, a depender, nós
 262 vamos trazer uma decisão mais injusta do que justa para o caso concreto." Presidente Frederico Augusto Massote
 263 Bonifácio: "E talvez até fora desses quatro vértices que o senhor colocou. Pode algum dos conselheiros trazer
 264 algum outro tipo de manifestação. O senhor concorda que nós temos um campo reduzido dentro da URC, de uma
 265 forma objetiva, para decidir algo que é complexo, que comporta inúmeras decisões que não só deferido ou
 266 indeferido?" Conselheiro Rodrigo Caldeira Grava Brazil/MPMG: "Mas aí é um problema que se apresenta no caso
 267 concreto, e precisamos enfrentá-lo. Talvez não possamos ficar restritos ao deferido ou indeferido. Esse é um caso
 268 que evidenciou isso. Mas, por exemplo, um processo de supressão de vegetação em que o parecer é favorável
 269 para suprimir 3 ha: eu posso entender que só poderia ser suprimido 1,5 ha, e outro 1,5, não. É uma possibilidade
 270 de voto. Não vamos nos deparar com isso. Nesse caso específico da questão da multa, não estou adiantando o
 271 voto, mas eu poderia, por exemplo, entender que é caso da atenuante de pequena propriedade rural porque, se
 272 a legislação considera como pequena propriedade aquela explorada por microempresa, então por que não por
 273 uma pessoa física, ainda que não seja diretamente? Foge à interpretação literal da norma? Foge. Mas isso pode
 274 acontecer. E aí, eventualmente, se o conselheiro quiser reduzir para aplicar atenuante, como é que fica se o outro
 275 entender que não é caso dessa atenuante? São debates que, pelo que pudemos perceber aqui, virão. Os
 276 fundamentos nos dois votos colhidos foram pela irrazoabilidade da multa." Presidente Frederico Augusto Massote
 277 Bonifácio: "A diferença da regularização ambiental é que o empreendedor, eventualmente, pode reapresentar o
 278 pedido, não traria necessariamente uma coisa julgada. Agora, num auto de infração, esse auto necessariamente
 279 teria que ter uma decisão terminativa aqui. E neste momento, eu, particularmente, não estou vendo saída
 280 enquanto presidente. Por isso retirei o processo de pauta, com toda humildade. Nós vamos trabalhar, eu vou
 281 solicitar à Assoc, aos meus pares e aos demais presidentes de Unidades, Minas Gerais afora, que ajudem, e na
 282 próxima oportunidade trazermos esse processo com abas que apresentem um modo mais completo de decisão e
 283 que possam abranger mais decisões que não só 'deferido' ou 'indeferido'." Conselheiro Rodrigo Caldeira Grava
 284 Brazil/MPMG: "Eu o cumprimento, senhor presidente, acho que é a busca pela solução mais justa,
 285 independentemente do resultado, que a votação possa representar o que foi deliberado. E acho que o senhor
 286 está tomando as cautelas necessárias nesse caso. Apesar dos meus questionamentos, eu gostaria só de externar
 287 isso. A provocação é na busca da melhoria da segurança jurídica para que possamos tomar as melhores decisões
 288 possíveis." Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio: "Ok. Obrigado. Está justo. Pessoal, eu vou encerrar
 289 a reunião aqui neste momento. Nós temos uma proposta de agenda de reuniões para 2025, mas eu gostaria de
 290 verificar com a equipe para podermos solicitar uma reunião extraordinária, tanto para julgar esse processo, para
 291 não prejudicar o empreendedor, tendo em vista que é a última reunião que temos no ano. Vou organizar aqui:
 292 nós vamos fazer a votação tanto desse processo quanto da nossa agenda de 2025. Peço a vocês que fiquem
 293 atentos às nossas deliberações, aos nossos comunicados, para que a gente vote a agenda e esse processo que foi
 294 retirado de pauta, o mais rápido possível. Eu vou tentar, ver se conseguimos fazer na primeira semana de
 295 dezembro." **10) PROPOSTA DE AGENDA DAS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA SUL DE MINAS DO**
 296 **COPAM PARA O ANO DE 2025.** **Apresentação:** URA SM. Item retirado de pauta pela Presidência, devendo ser
 297 pautado na reunião extraordinária que deverá ser convocada para o próximo mês para análise do item 9.1,
 298 também retirado de pauta nesta sessão. **11) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **12) ENCERRAMENTO.**
 299 Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio agradeceu a
 300 presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

301

302

303
304
305
306
307
308

APROVAÇÃO DA ATA

Frederico Augusto Massote Bonifácio
Presidente suplente da URC Sul de Minas